



Projetos dificultam venda de terras para estrangeiros

Lei que regulamenta propriedade de áreas rurais, da qual o governo lançou mão para ampliar o controle sobre o mercado imobiliário, é objeto de propostas que estão sendo analisadas em comissão do Senado

Desmatamento do bioma amazônico em Mato Grosso: controle de terras preocupa parlamentares

TSE confirma que Lei da Ficha Limpa já vale para as eleições deste ano 3



Conforme Tribunal Superior Eleitoral, nova legislação atinge condenados antes de sua vigência

Dois projetos em tramitação no Senado tornam ainda mais rígidas as normas que regulamentam a aquisição de áreas rurais por estrangeiros, sobretudo na Amazônia. De autoria do então senador João Pedro e do deputado Nilson Mourão, as duas propostas aguardam exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O projeto de João Pedro

determina que, na Amazônia, estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, não poderão ser proprietários de áreas rurais que, somadas, ultrapassem um décimo da área do município. O projeto da Câmara propõe que seja vedada a estrangeiros não residentes e a empresas estrangeiras instaladas há menos de dez anos a posse ou a propriedade de área superior a 15 módulos fiscais na Amazônia Legal. 4

Senadores criticam norma que proíbe humorismo

Parlamentares dizem que é impossível controlar internet e humor involuntário. 3

Lei Maria da Penha pode se tornar mais rigorosa 2

Recursos contra crack devem ser votados depois das eleições

Tramita na Câmara e será depois submetida ao Senado a medida provisória (MP 498/10) que destinou R\$ 328,36 milhões para o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Brasil está na rota de tráfico internacional e já tem cerca de 600 mil usuários. 2

Os recursos constam de medida provisória que ainda depende do exame da Câmara dos Deputados antes de ser submetida ao Senado, o que deve acontecer depois das eleições

Parlamentares devem votar R\$ 328 milhões contra crack

UMA DAS MEDIDAS provisórias (MPs) que aguardam deliberação dos parlamentares é a 498/10, que abriu crédito extraordinário de R\$ 1,98 bilhão para a Presidência da República e 11 ministérios. Parte desse crédito – R\$ 328,36 milhões – contemplou projetos do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, instituído pelo Decreto 7.179/10 e desenvolvido pela Presidência da República e pelos ministérios da Justiça, Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A MP precisa ainda ser votada pelos deputados antes de ser examinada pelos senadores, o que deve ocorrer depois das eleições.

O objetivo desse plano, segundo o Executivo, é estruturar, integrar, articular e ampliar as ações voltadas para prevenção, tratamento e reinserção social

dos usuários de crack e outras drogas. O crack, uma mistura de cocaína com bicarbonato de sódio, geralmente é fumado pelo usuário e provoca, entre outros sintomas, elevação da temperatura do corpo, podendo causar acidente vascular cerebral, destruição de neurônios e degeneração dos músculos do corpo (rabdomiólise).

O nome deriva do verbo *to crack*, que, em inglês, significa quebrar, devido aos pequenos estalidos produzidos pelos cristais (pedras) ao serem queimados, como se quebrassem. A droga surgiu em 1980 nos Estados Unidos e o primeiro registro de seu uso no Brasil é de 1989.

Atualmente, o Brasil é rota

para o tráfico internacional, fato que é apontado como um dos motivos para o crescimento do vício no país. Dados de 2005 estimavam em 380 mil o número de dependentes do crack. Hoje, segundo o Ministério da Saúde,

existem cerca de 600 mil brasileiros usuários da droga.

Do total previsto na MP, R\$ 100 milhões foram destinados à Presidência da República; R\$ 120 milhões ao Ministério da Justiça; R\$ 166 milhões

ao Ministério da Saúde; e R\$ 148 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os R\$ 328,36 milhões destinados aos programas de combate ao crack estão incluídos nesse total.

Programa de combate à droga integra a Presidência da República e três ministérios



Morador de rua de Brasília viciado em crack (mistura de cocaína e bicarbonato de sódio) fuma pelo menos dez pedras por dia

Mozarildo aponta má gestão da saúde pública em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou ontem novas denúncias de má gestão do setor de saúde pública por parte do governo do estado de Roraima.

Comentando entrevista do senador Augusto Botelho (PT-RR) publicada pelo jornal *Folha de Boa Vista*, Mozarildo criticou a lentidão na construção de um hospital na periferia da capital de seu estado, cuja obra recebeu em fevereiro repasses federais no valor de R\$ 16 milhões.

Mozarildo lamentou ainda a

falta de equipamentos importantes nos hospitais públicos de Roraima, tais como aparelhos de ultrassom, o que torna o atendimento aos pacientes, principalmente no que diz respeito ao diagnóstico, bastante precário.

De acordo com o senador, de 2007 até 13 de julho deste ano foram repassados recursos federais para o setor de saúde de Roraima da ordem de R\$ 1,12 bilhão.

– Então, a falta de dinheiro não é a causa desse problema,



Conforme Mozarildo, "a falta de dinheiro não é a causa do problema"

mas a má gestão do governador, que realmente não prioriza as questões da saúde – disse.

Senadores querem ampliar rigor da Lei Maria da Penha

Sancionada há quatro anos, a Lei Maria da Penha é apontada como um importante instrumento no combate à violência doméstica contra as mulheres. Buscando tornar ainda mais rigorosas as medidas de repressão a esse tipo de crime, quatro senadores apresentaram projetos para aperfeiçoar a legislação.

Proposta (PLS 14/10) de Rosalba Ciarlini (DEM-RN) prevê punição para a autoridade policial que não adotar as medidas necessárias quando receber denúncia de violência contra

mulher. Já Sérgio Zambiasi (PTB-RS) quer garantir, com o PLS 139/10, o direito a cirurgia plástica às vítimas de violência que ficarem com sequelas.

Outra proposta (PLS 551/09), de Serys Slhessarenko (PT-MT), busca evitar que o agressor recorra a mecanismos legais de forma a conseguir punição mais branda. Por último, Marcelo Crivella (PRB-RJ) propõe (PLS 592/07) prazo para que a mulher vítima de violência doméstica mantenha ou não renúncia à representação contra o agressor.

Órgão público pode assumir dívida trabalhista

Encargos trabalhistas que deixaram de ser pagos por empresa terceirizada poderão ser assumidos pelo órgão público que a contratou. Atualmente, a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) não permite isso, mas projeto de lei do Senado (PLS 296/09) propõe mudá-la para estabelecer a responsabilidade subsidiária do poder público por encargos trabalhistas não pagos nos contratos de terceirização ou intermediação de mão de obra. A matéria está pronta para ser votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Durante votação da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto recebeu emenda segundo a qual, no caso de a administração pública ter de assumir esse tipo de dívida, a empresa inadimplente ficará impedida de participar de licitações pelo prazo de cinco anos. O relator na CCJ, Marconi Perillo (PSDB-GO), manteve a emenda da CAS.

Projeto livra locador sem culpa direta por dano

Projeto pronto para exame na CCJ pode livrar pessoas ou empresas que vivem da locação de bens da obrigação de contribuir solidariamente com indenizações em decorrência de danos causados pelo locatário a terceiros. Atualmente, quando há dano a uma terceira pessoa causado pelo uso do bem alugado, o proprietário responde de forma solidária e pode ser obrigado a pagar por isso. Pelo texto (PLS 405/09) de Renato Casagrande (PSB-ES), a responsabilidade solidária só permanece quando o próprio locador tiver causado o dano, seja por dolo (conduta intencional e de má-fé) ou culpa (inadvertência ou descaso).

A culpa seria visível, por exemplo, quando os danos decorressem de acidente com carro alugado causado por defeito no veículo. O projeto prevê que, nesse caso, o locador responde pelos danos, mas não na hipótese de o acidente ter sido provocado por conduta imprópria do motorista. Hoje prevalece a cossolidariedade do locador em qualquer caso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão é não deliberativa

9h O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) está entre os oradores inscritos na sessão de hoje, que é não deliberativa.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Níura Demarchi

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Foto: Stock/CHING

Senadores criticam proibição de humorismo pelo TSE

“Sou contrário a qualquer manifestação contra a livre expressão de ideias e opiniões. E tem mais: Tiririca é humorismo no programa eleitoral oficial”, opinou o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sobre a Resolução 23.191/09 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A medida regulamenta a Lei Eleitoral (Lei 19.504/97) e proíbe, no rádio e na TV, montagens, trucagens ou quaisquer outros recursos que “degradem ou ridicularizem” candidatos, partidos ou coligações partidárias.

A resolução dispõe sobre propaganda eleitoral e sobre as condutas proibidas nas campanhas e, na prática, impede que programas humorísticos façam paródias, imitações e piadas sobre os políticos no rádio e na TV nos três meses anteriores às eleições.

A regra, seguida à risca pelo TSE, além de provocar protestos contra a censura aos humoristas, tem recebido críticas dos que veem, nesta campanha eleitoral, um empobrecimento do debate político, do qual o humorismo também faz parte. No dia 22 deste mês, humoristas reunidos na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, realizaram protesto contra a decisão do TSE. Na ocasião, recolheram abaixo-assinado para ser entregue ao Ministério da Cultura e ao tribunal pedindo a revogação da medida.

Além disso, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) apontando a inconstitucionalidade dos artigos da resolução que proíbem a exibição de programas que possam ridicularizar candidatos.

Conforme Mozarildo, o humorista Tiririca, que é candidato, em São Paulo, a deputado

federal pelo Partido da República (PR), poderá carrear votos daqueles eleitores insatisfeitos com os políticos. O candidato faz piadas, no próprio horário eleitoral gratuito, referentes à representação política e à Câmara dos Deputados.

Internet

Mozarildo também criticou o atual modelo de propaganda eleitoral que, avalia, privilegia os candidatos com maior poder econômico. Para ele, programas de entrevistas e debates, em que o candidato responde a questionamentos de forma espontânea, são mais adequados para a escolha do eleitor.

Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) levantou a hipótese de o STF ser acionado pelos humoristas como forma de garantir a continuidade do trabalho de fazer piadas relacionadas ao processo eleitoral.

– A lei não abarca a charge, que também é uma gozação e afeta os candidatos. Não vai colar. Não vai pegar – disse.

Inácio Arruda observou que o Judiciário não tem meios de impedir a propagação do humor pela internet, onde há vários sites de armazenamento de vídeos.

Ele citou como exemplo uma casa de shows de Fortaleza onde há apresentações de humor entre quinta-feira e domingo. As imagens podem ser colocadas na internet e acessadas em todo o mundo.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS), por sua vez, preferiu salientar a importância do trabalho dos humoristas.

– Humor é importante sempre. Humor distensiona – afirmou sobre a resolução do TSE, comentando que a Lei Eleitoral é antiga e “apenas alguém foi lá e levantou a questão agora”.



Sérgio Zambiasi salientou que o humor é importante e distensiona



Inácio Arruda: Judiciário não tem como controlar humorismo na internet

Ao julgar candidatura para deputado estadual do Ceará, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que político condenado por colégio de juízes é inelegível por oito anos



Marcello Casal Jr/ABR

O Plenário do TSE, por 5 a 2, decidiu que a lei vale para as eleições de 2010 e alcança condenações anteriores à sua vigência

TSE: Ficha Limpa afeta todos os condenados por colegiado

NUM MOMENTO EM que o Congresso discute a reforma do Código Eleitoral e a sociedade pressiona para que se garanta a idoneidade dos candidatos a cargos eletivos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que a Lei da Ficha Limpa, além de ser aplicável às eleições deste ano, alcança todos os candidatos já condenados em colégio de juízes.

No entendimento dos ministros, no caso da Lei da Ficha Limpa, não está em questão a retroatividade da legislação, mas as condições de elegibilidade estabelecidas pela nova norma, entre elas a de não ter havido condenação por um colegiado em uma lista de crimes.

De acordo com informações do site do TSE, 33 candidatos ao Senado Federal aguardam julgamento de recursos contra decisões dos tribunais regionais eleitorais (TREs) que negaram a eles o registro de candidatura. Os dados são de ontem.

A decisão de aplicar a Lei da Ficha Limpa a condenações anteriores à sua vigência foi tomada na quarta-feira, no julgamento do primeiro caso concreto em que se discutiu o indeferimento de um registro de candidatura por condição de inelegibilidade prevista na nova regra. Por maioria de votos (5 a 2), o Plenário do TSE negou o recurso no qual Francisco das Chagas, candidato do PSB a uma vaga na Assembleia Legislativa do Ceará, tentava conseguir seu registro.

Condenado por captação ilícita de votos nas eleições de 2004, com base na Lei das Eleições (Lei 9.504/97), Francisco das Chagas estava inelegível por três anos. Contudo, pelo entendimento do TSE, ele não poderá participar das eleições do dia 3 de outubro porque a Lei da Ficha Limpa ampliou o período de inelegibilidade para oito anos.

Ao concluir a votação, o presidente do TSE, ministro Ri-

cardo Lewandowski, ressaltou a necessidade da idoneidade moral para o exercício de cargo eletivo.

– O Congresso Nacional entendeu que não pode exercer o mandato político aquele que foi condenado por determinadas infrações – observou.

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10), aprovada pelo Senado em maio, altera a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90). O novo texto proíbe as candidaturas de pessoas condenadas por tribunal em decisão colegiada pela prática de crimes eleitorais, crimes hediondos e outros especificados na lei.

Além disso, a Lei da Ficha Limpa fixa o período de inelegibilidade em oito anos a partir da condenação. Sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 4 de junho, o texto passou a valer a partir da publicação no *Diário Oficial da União*, no dia 7 de junho.

Acir Gurgacz diz que decisão do tribunal garante democracia

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que a Lei da Ficha Limpa, além de ser aplicável às eleições deste ano, alcança todos os candidatos já condenados por um colegiado de juízes foi elogiada ontem em Plenário por Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador registrou sua concordância com o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do TSE, segundo o qual a Lei da Ficha Limpa, ao estabelecer regras de inelegibilidade com os preceitos mínimos para o registro de candidaturas, está protegendo a coletividade, tendo em mira a preservação dos valores democráticos e republicanos.

Aos eleitores, Gurgacz sugeriu que analisem atentamente o passado, as promessas e as propostas de cada candidato para avaliar quais têm condições reais de exercer um mandato com competência e honestidade.

Ele também pediu aos tribunais regionais eleitorais mais atenção a práticas ilegais durante a atual campanha eleitoral. De acordo com o senador, candidatos de Rondônia estão cometendo abuso de poder econômico e pressionando servidores públicos, empresários e industriais para conseguirem mais votos.

– O nosso estado de Rondônia não aceita mais esse tipo de coisa. A população de Rondônia não



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Acir Gurgacz, Lei da Ficha Limpa protege a sociedade e preserva os valores democráticos e republicanos

aceita esse tipo de política, não há mais espaço para isso em nossa democracia – afirmou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a manifestação do colega e comentou que práticas ilegais também estão sendo cometidas por candidatos em Roraima.

Gurgacz disse acreditar que a maioria dos cidadãos deseja campanhas eleitorais sem abuso de poder econômico e sem compra de votos. Ele acrescentou que a população brasileira não deve temer pressões políticas ou econômicas que porventura ocorram.

Uma das iniciativas reduz tamanho da área que pode ser adquirida; outra proíbe compra por empresas estrangeiras instaladas no país há menos de dez anos



Senador utiliza dados do Incra para defender política do atual governo

Suplicy rebate Plínio sobre reforma agrária

No debate realizado pela TV Bandeirantes entre os candidatos à Presidência da República, o candidato do PSOL, Plínio de Arruda Sampaio, criticou a condução do processo de reforma agrária nos dois últimos governos, dizendo que na gestão de Fernando Henrique houve mais eficiência que na de Lula. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) utilizou dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para rebater a afirmação do candidato.

Suplicy disse que o Incra assentou, nos últimos sete anos, 574,6 mil famílias de trabalhadores rurais em 3.348 assentamentos criados em 46,7 milhões de hectares. Na gestão Fernando Henrique, conforme o senador, o governo federal desapropriou cerca de 21,1 milhões de hectares para criar 4.280 assentamentos e assentar 540.704 famílias.

Em termos de recursos alocados para o Incra, Suplicy calculou que os valores triplicaram. Ele afirmou que o Orçamento da União tem sido sistematicamente incrementado desde 2003: passou de R\$ 1,5 bilhão, naquele ano, para R\$ 4,6 bilhões, em 2009. A respeito das linhas de crédito destinadas à reforma agrária, o senador registrou que na "era FHC" o Incra disponibilizava duas linhas de crédito para os assentados, liberando no máximo R\$ 4,5 mil por família.

– Hoje são nove modalidades e os valores das linhas existentes foram ampliados. Cada assentado pode receber até R\$ 42,2 mil em crédito para desenvolvimento – afirmou Suplicy, destacando a redução em 76,2% do número de assassinatos no campo.

Suplicy ainda cumprimentou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por haver ratificado o entendimento de que todos os políticos condenados por decisão colegiada estão impedidos de se candidatar em outubro.



Aluno aprende nomes de faraós, mas não a calcular juros, diz senador

Propostas impõem mais rigor na compra de terra por estrangeiros

A LEI QUE regulamenta a compra de terras por estrangeiros no Brasil, da qual o governo agora lançou mão para ampliar o controle sobre o mercado imobiliário rural, é objeto de dois projetos em tramitação no Senado. As duas iniciativas sugerem mudanças na legislação (Lei 5.709/71) para tornar ainda mais rígidas as normas que regulamentam a aquisição de áreas rurais por estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, sobretudo na Amazônia.

De autoria do então senador João Pedro (PT-AM) e do deputado Nilson Mourão (PT-AC), os dois projetos (PLS 126/09 e PLC 302/09, respectivamente) aguardam votação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Atendendo a requerimento do senador Gilberto Goellner (DEM-MT), as propostas tramitam em conjunto,

tendo como relator o senador Jorge Yanai (DEM-MT).

O projeto de João Pedro determina que, na Amazônia, estrangeiros não poderão ser proprietários de áreas rurais que, somadas, ultrapassem um décimo da superfície do município onde estão situadas. A legislação hoje em vigor fixa em 25% o limite máximo.

Competência

Outra mudança sugerida por João Pedro transfere para o Congresso Nacional a atribuição de autorizar vendas de terras que ultrapassem os limites fixados na legislação. Hoje, essa competência é do presidente da República, mediante decreto.

O autor argumenta que o Estado brasileiro tem falhado na adoção de medidas para assegurar a soberania na região.

O projeto da Câmara também restringe o acesso a terras na

Módulo fiscal

Unidade de medida em hectares fixada para cada município, conforme normas definidas pelo Incra



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Amazônia. Ele propõe que seja vedada a estrangeiros não residentes e a empresas estrangeiras instaladas há menos de dez anos a posse ou a propriedade de imóvel rural na Amazônia Legal com área superior a 15 módulos fiscais.

O texto estabelece que poderá ser permitida a expansão dessas áreas, desde que o imóvel esteja cumprindo sua função social, conforme laudo emitido pelo órgão fundiário federal, após ouvido o Conselho de Defesa Nacional.



Conter o avanço de propriedades na Amazônia em mãos de estrangeiros é o objetivo dos dois projetos em tramitação na Comissão de Meio Ambiente do Senado

Níura Demarchi defende novo Código Florestal

A senadora Níura Demarchi (PSDB-SC) defendeu a proposta de novo Código Florestal em exame na Câmara dos Deputados e o relatório apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que flexibiliza as regras vigentes. Contrariando a opinião defendida pelos ambientalistas, o novo código dá a cada estado a responsabilidade de definir o percentual de cobertura vegetal a ser preservado nas propriedades rurais, observadas as particularidades de cada região.

– As mais diversas organizações ambientalistas proclamaram sua discordância, o que é,

sem dúvida, um direito na democracia, com grande alarde e repercussão nos jornais e na TV. O problema não está em se manifestarem, mas em o fazerem difundindo, muitas vezes, inverdades contra produtores rurais e acusando-os de desmatadores irresponsáveis, inimigos do meio ambiente, negociatas voltados somente para o lucro.

Para Níura Demarchi, os produtores rurais, em sua maioria, têm consciência da necessidade de integrar a preservação de áreas sem desmate com produtividade. Ela afirmou que a discussão no momento é sobre a

proporção da propriedade que deverá ser preservada. A seu ver, as mudanças não provocariam mais desmatamento no país.

A senadora atribuiu as vozes contrárias à mudança na legislação à pressão de ONGs ambientalistas, como Greenpeace e WWF, que, a seu ver, não teriam interesse no desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Níura Demarchi exaltou a iniciativa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que elaborou um código florestal estadual. Ela elogiou ainda o trabalho desempenhado pela secretaria de desenvolvimento



Para senadora, ambientalistas difundem inverdades sobre os produtores rurais

rural do estado, que organizou 52% das 879 microbacias existentes, integrando as populações locais e sua cultura a um plano de desenvolvimento sustentável.

Belini Meurer manifesta preocupação com o conteúdo do ensino

Belini Meurer (PT-SC) disse ontem que a educação brasileira tem de ser transformada, mas é preciso saber que transformação o país quer. Ele assinalou que é necessário identificar o que a população está aprendendo e repensar os currículos, para definir em que

sentido devem ser mudados.

– Os alunos do ensino médio saem sabendo o que é mitose, meiose. Eles saem sabendo o que é uma oração coordenada sintética aditiva. Saem sabendo o que é e como resolver uma equação de segundo grau. Eles saem sabendo qual é a altura

do Pico do Himalaia. Todos os nomes dos faraós do Egito antigo. E aí eu pergunto: pessoalmente, o que eles recebem? Qual é a vida deles? Como vai ser a vida deles a partir dali? – indagou.

Para Belini Meurer, esses estudantes saem mal formados

do ensino médio porque não aprenderam economia, o que é crédito direto ao consumidor (CDC), como se calculam juros e não tiveram aulas de Direito. Segundo o senador, a escola ensina conteúdos que os estudantes nunca utilizarão no dia a dia.